

# ***Eleições para o ANDES-SN: Vence a chapa 1, ligada à atual direção, em uma campanha despolitizada e sem atacar o governo, que mantém o arrocho salarial e o orçamento estrangulado para as universidades***

## **VENCE A CHAPA 1**

**A**s eleições ocorreram em 10 e 11 maio e, como esperado, venceu a chapa 1, da atual direção do ANDES-SN, ligada a militantes do PSOL e do PCB. O fato de contar com a estrutura a seu favor, com a maioria das seções sindicais sob sua direção, permitiu que fizesse a fraca campanha, que levou à vitória, em um pleito que contou com cerca de 16 mil votantes, dos 54 mil filiados, em um universo de 200 mil docentes, espalhados em universidades por todo o país.

A Chapa 1, que se autointitulou como “ANDES pela base: ousadia para sonhar, coragem para lutar”, não mostrou nenhuma “coragem” para lutar nos últimos anos. Ao contrário, vemos que o governo Bolsonaro conseguiu, durante seus quatro anos de mandato, impor o congelamento salarial ao funcionalismo, sem oposição. Em especial, em 2022, vimos um blefe de uma Campanha nacional unificada, que nunca saiu do papel ou dos “atos simbólicos” em Brasília, e que, no final, levou ao apoio à chapa de Lula/Alckmin nas eleições burguesas, mesmo que não houvesse nenhuma deliberação das bases para que a diretoria do ANDES-SN apontasse voto na chapa do PT.


Então, além de não lutar contra o governo Bolsonaro, ainda apoiou parte das frações burguesas em disputa, destruindo, assim, na prática, a independência do sindicato frente aos governos e aos partidos burgueses, e comemorando a vitória de Lula. Esta comemoração, que se estendeu às seções sindicais, levou a que, em 2023, também não houvesse uma verdadeira Campanha Salarial. Às vésperas de assinar o Termo de Acordo com o governo, que já previa, desde a PEC da Transição, um reajuste ao funcionalismo em 2023, mandou uma Circular para que as seções realizassem as assembleias de base. O resultado foi o esperado: menos de 1/3 das universidades fizeram a assembleias, e metade destas “aprovaram” o Termo do Acordo. Assim, a presidente do nosso sindicato assinou o Termo de Acordo, sem mobilização, nem negociação de verdade. Assumindo, mais uma vez, e na prática, o governismo, a falta de independência política frente ao novo governo.

O governismo da atual direção do ANDES-SN, inclusive, tem levado a um apagamento da diferença com o grupo petista, a chapa 3, “Renova ANDES”, que, no passado, quis criar o PROIFES e enfraquecer o nosso sindicato. Na prática, atualmente, tanto a chapa 1 quanto a chapa 3 convergem quanto à política. Estiveram, inclusive, juntos, no último congresso da entidade, defendendo a desfiliação de nosso sindicato à CSP-Conlutas. E isso também se viu nos resultados das eleições: a chapa 1 obteve 43,17% dos votos, 7.058, enquanto a chapa 3 obteve 6.763, 41,36%. A chapa 2 ficou com 2.253, 13,78%.

A diferenciação entre a chapa 2 e as demais chapas esteve na defesa de métodos de luta e na crítica a posturas antidemocráticas das outras duas chapas. Mas não passou disso. Como afirmamos em boletim anterior, a chapa 2, formada pelo Coletivo Rosa Luxemburgo e por militantes da esquerda do PSOL e do PSTU, não partiu também da crítica e da oposição ao governo federal, algo

fundamental, neste momento, para defender um programa de independência de classe. A crítica às duas chapas que encarnam o governismo aberto, a 1 e a 3, deveria partir deste ponto. Porque é a oposição, programática e nas lutas, ao governo, que poderá garantir vitórias à educação pública e aos trabalhadores. Não esqueçamos de que este é o governo da austeridade fiscal e da manutenção do pagamento trilionário da Dívida Pública, como o foi o governo de Bolsonaro e os anteriores. Esta é essência dos governos burgueses: como determinam o orçamento, para preservar os interesses do grande capital nacional e internacional. A “âncora fiscal” de Haddad, apoiada por todos os partidos do Congresso, será tão grave aos serviços públicos e aos direitos do funcionalismo como o foi a PEC do Teto, de Temer e de Bolsonaro.

Além de não ser uma campanha politizada, que poderia se basear nas experiências de luta, foi marcada também por acusações entre as chapas, em relação a problemas burocráticos. A chapa 2 entrou na Justiça para garantir que uma de suas candidatas tivesse seu nome preservado nas propagandas e não precisasse ser substituída, já que a Comissão Eleitoral, dominada pela Chapa 1, quis impugnar a candidata, depois de semanas da homologação das chapas. Obviamente que a Chapa 1 quis usar de um expediente antidemocrático para enfraquecer a chapa 2, que tiraria votos seus, o que é condenável e deveria ser amplamente denunciado. No entanto, utilizar da Justiça burguesa para intervir em uma disputa política interna ao sindicato é colocar o Estado para mediar os conflitos sindicais, que deveriam ser resolvidos pelos trabalhadores. E só por eles, em suas instâncias de deliberação. É um método estranho à classe operária e ao histórico de luta dos trabalhadores. Quem se utiliza disso regularmente são as burocracias sindicais, que não se apoiam nos trabalhadores para enfrentar seus adversários políticos, mas se apoiam na Justiça burguesa. Rejeitamos este método, que é tão grave ou mais do que a ação arbitrária da Comissão eleitoral contra a chapa 2.

Por fim, o fato de não haver proporcionalidade na composição da diretoria do ANDES-SN mantém uma estrutura também antidemocrática, já que uma das chapas, a que obteve mais votos, mesmo que não atinja sequer 50%, assume todos os cargos. Isso é oposto à representação ampla da categoria, que votou em diferentes chapas e deveria ter sua representação garantida, na prática, pela proporção destes votos. Defendemos a proporcionalidade direta, sem filtros, que garantiria que todos as correntes de pensamento tivessem representação no interior da direção e, com isso, também, garantiria maior fiscalização e atividade entre todas os participantes do pleito. Esta é a democracia sindical que defendemos, e que os grupos políticos dirigentes rejeitam, porque rejeitam perder o controle do aparelho sindical. É mais que urgente organizar uma oposição revolucionária no interior do ANDES-SN, para garantir mobilização permanente, democracia sindical e luta geral em defesa dos direitos do conjunto dos trabalhadores. 

# Todo o apoio à greve das Estaduais do Paraná: expandir o movimento e torná-lo nacional

**S**eis universidades estaduais do Paraná estão em greve, em defesa do reajuste de 42%, para fazer frente às perdas salariais dos últimos anos, e contra o reajuste de 5,42%, anunciado pelo governo. Esta defesa, como a que fazem outras universidades estaduais, é uma resposta à política de congelamento salarial, imposta pelos governos nos últimos anos. No caso do Paraná, a não reposição das perdas inflacionárias remonta a 2016, e leva a um arrocho salarial histórico.

Mas, o que parece uma particularidade de um estado dirigido pela “direita”, é, na verdade, reflexo de uma política burguesa que se projeta em nível federal, e se reflete nas esferas estaduais e municipais.

O governo Bolsonaro buscou não reajustar o funcionalismo, no que foi seguido pelas demais esferas, e no que teve a colaboração das direções sindicais, que, diante da crise econômica e pandêmica, não realizaram as campanhas salariais unificadas e as lutas. Agora, no novo governo, de Lula/Alckmin, o governo dá o reajuste salarial para recompor a inflação do último ano, mas ignora a perda dos anos anteriores, no que, também, é seguido pelos governos estaduais e municipais. Em outros estados do país, a situação se repete. Na Bahia, no dia 17/05, os docentes das universidades estaduais paralisaram, para defender o reajuste de 53%, que contempla perdas de oito anos; no Ceará, os docentes realizarão uma paralisação no dia 29 de maio, para exigir a reposição de 37,03%, enquanto o

governo oferece a migalha de 5,8%.

A direção do ANDES-SN convocou, para o período entre 22 a 28 de maio, uma “Semana de Lutas do Setor das IEES/IMES”. Segundo o site do sindicato, ocorrerão atividades “locais” e “nacionais”, para dar visibilidade às reivindicações da categoria e, nos dias 26 e 28, ocorrerá uma Reunião ampliada do setor. Sem dúvida, são importantes as iniciativas para mobilizar e garantir que as reivindicações do magistério ganhem visibilidade para toda a sociedade. Mas quais são elas, neste momento? Além da Reunião ampliada do setor, não estão sendo divulgadas as atividades “locais” e “nacionais”. Sabemos que, no caso das universidades já em greve, há uma mobilização para reunir os três setores, e organizar atos de rua e mobilização interna às universidades. Mas, quais iniciativas são apontadas pela atual direção nacional (que, aliás, ganhou o pleito) para coordenar e dar norte ao conjunto do Setor? Não existem.

Não há, de fato, uma coordenação para organizar a luta dos trabalhadores nas universidades estaduais e municipais, e para fazer frente à mesma política burguesa, de arrocho salarial e de estrangulamento dos orçamentos das instituições de ensino. Aliás, a separação entre setores, rede federal e estadual/municipal, reflete já um processo de despolitização e desorganização, porque a política adotada pelos governos é sempre a mesma. E o trabalho realizado pelos trabalhadores da educação também

é o mesmo: o fato de haver várias carreiras e salários é uma imposição dos governos. Defendemos salário igual para trabalho igual. E o fato de as campanhas educacionais e salariais ocorrerem em momentos e em datas diferentes apenas enfraquece o movimento geral dos trabalhadores da educação. A unidade, neste momento, por exemplo, de todas as universidades estaduais e municipais, na demanda por recomposição das perdas inflacionárias, é uma exigência objetiva, que daria maior força para enfrentar cada um dos governos em particular. A divisão enfraquece, por sua vez, todos os movimentos regionais.

O papel da direção sindical nacional é coordenar o conjunto das lutas, organizando um calendário de mobilização unificado, que coloque os governos e suas políticas de austeridade fiscal contra a parede. O ideal é que todas as universidades do país, por exemplo, possam atuar conjuntamente, para lutar por salários, condições de trabalho e de ensino, e de recomposição das verbas da educação, da ciência e da tecnologia. Para alcançarmos este nível de unidade, é preciso vontade política das direções sindicais, e muito trabalho de base. O imobilismo, o corporativismo e a política de colaboração de classe são empecilhos para esta luta unificada, e para a vitória dos trabalhadores e da educação pública. É necessário organizar a luta em nível nacional e unitária, para enfrentar os governos e suas políticas, só assim obteremos vitórias. ■

## Todo o apoio à greve na Educação Básica

Temos também, neste mês de maio, a greve de trabalhadores da educação básica. Os trabalhadores do Distrito Federal, de Pernambuco e do Amazonas realizaram grandes assembleias de rua, e aprovaram a greve por reajuste salarial, contra os índices apresentados pelos governos.

Como era esperado, os governos têm usado a Justiça para impedir as paralisações, como ocorreu no DF. Mas a base radicalizada mantém as greves, apesar da repressão. O problema dos professores e dos trabalhadores da educação básica é o mesmo que ocorre no magistério superior: anos sem reposição das perdas inflacionárias e, assim, salários rebaixados. Além disso, acordos de outros anos e questões ligadas à carreira impulsionam os trabalhadores para enfrentar os governos das regiões. Mesmo em estados e municípios ricos, como o do estado e cidade de São Paulo, é mantida a política do arrocho salarial e da precarização do trabalho.

Novamente, o problema fundamental está em unificar e coordenar as lutas regionais e torná-las nacionais, para dar peso a cada luta e mobilização em particular. A CNTE, que dirige as entidades da educação básica, é inoperante e, atualmente, é dirigida pelo governismo. Não pretende impulsionar a luta. Em cada um dos estados e dos municípios, em que os trabalhadores se levantam, é preciso que se enfrentem os governos de plantão, e também as direções sindicais, burocratizadas e colaboracionistas, o que não é tarefa fácil, mas que é fundamental para a defesa da Educação pública e para a defesa da vida dos trabalhadores: o aumento da inflação, as perdas históricas, a piora nas condições de trabalho, impulsionadas, por exemplo, pelo novo ensino médio – tudo isso leva a que os trabalhadores se coloquem em mobilização e em luta. É preciso impulsionar estas tendências de luta, e buscar sempre que se ampliem e unifiquem, para garantir as reivindicações do movimento. ■